

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 726.570 -
MG (2015/0137815-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
**RECORRENTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO
ESTADO MG**
ADVOGADOS : CELESTE DE OLIVEIRA TEIXEIRA - MG051828
BERNARDO WERKHAIZER FELIPE - MG077117
RECORRIDO : NIVALDO VIANA GOMES
ADVOGADOS : ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI - MG075853
LEONARDO JOSE SANTANA BISPO - MG104617
GILMARA APARECIDA DE CASTRO GARCIA - MG096833
JULIANA MARIA SOUSA CABRAL - MG118195

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECORRENTE QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS e pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 249):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUE SE FUNDA, TÃO SOMENTE, NESSA ALEGAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E IPSEMG A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No caso em apreço, o acórdão recorrido solveu fundamentadamente toda a controvérsia posta, tendo expressamente consignado que dada a natureza tributária da contribuição para assistência à saúde, imperiosa a aplicação do art. 165 do CTN que estabelece o direito do sujeito passivo de ter restituído o tributo cobrado e pago indevidamente.

2. Não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC/1973, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão do Tribunal de origem não autoriza o seguimento do Recurso Especial fundamentado apenas nessa isolada alegação.

3. Agravo Regimental do ESTADO DE MINAS

Superior Tribunal de Justiça

GERAIS E IPSEMG a que se nega provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 275/284).

Nas razões de seu recurso extraordinário (fls. 292/305), os recorrentes alegam a existência de repercussão geral da questão tratada e aduzem que o acórdão recorrido violou os artigos 6º, *caput*; 24, inciso XII; 149, § 1º; 194; 195, § 4º; e 196, todos da Constituição Federal.

As contrarrazões não foram apresentadas (fl. 315).

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, extrai-se dos autos que o acórdão recorrido manteve decisão do Relator que negou provimento ao agravo em recurso especial à seguinte fundamentação (fl. 254/255):

"1. A despeito das alegações das agravantes, razão não lhes assiste.

2. Como já delineado na decisão agravada, não se verifica, da leitura dos autos, qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido a ponto de justificar o provimento do Recurso Especial fundamentado em alegação violação do art. 535 do CPC/1973.

3. Com efeito, não ocorrem as alegadas omissões e contradições, tendo em vista que a lide foi solvida nos limites necessários e com a devida fundamentação, coerência e clareza, ainda que sob ótica diversa daquela almejada pelos ora agravantes. Todas as questões postas a debate foram efetivamente decididas. Confira-se, por oportuno, o seguinte trecho do acórdão objurgado:

(...)

4. Ademais, julgamento diverso do pretendido não implica ofensa à norma ora invocada. De igual modo, desde que tenha apresentado fundamentos suficientes para sua decisão, o Órgão julgador não está obrigado a responder um a um os argumentos formulados pelas partes.

5. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade não se verifica ofensa à regra ora invocada.

6. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo Regimental do ESTADO DE MINAS GERAIS E IPSEMG . É como voto".

Os recorrentes, contudo, limitaram-se a questionar a constitucionalidade da exigência compulsória da contribuição para a saúde para fins de custeio de assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica dos servidores ativos e inativos do Estado de Minas Gerais, deixando de impugnar, especificamente, o fundamento da decisão recorrida que negou a existência de vícios no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local.

E tal circunstância evidencia deficiência na fundamentação recursal que impede a admissão do recurso extraordinário ante a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, cumpre trazer à baila os seguintes acórdãos do Pretório Excelso:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL DISSOCIADAS DO QUE DELIBERADO NA DECISÃO MONOCRÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DESTA CORTE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE IMPUGNA DECISÃO CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. ART. 543-A, § 3º, DO CPC. AGRAVO IMPROVIDO. I – Deficiente a fundamentação do agravo regimental cujas razões estão dissociadas do que decidido na decisão monocrática. Incide, na hipótese, a Súmula 284 desta Corte. II – Presume-se a repercussão geral quando o recurso extraordinário impugna decisão contrária à jurisprudência dominante desta Corte, conforme prescrito no art. 543-A, § 3º, do Código de Processo Civil. III – Agravo regimental improvido.

(ARE 652.393 AgR, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 26/06/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-159 DIVULG 13-08-2012 PUBLIC 14-08-2012)

CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS COMPENSATÓRIOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA STF 284. 1. Recurso que se encontra deficiente de fundamentação, porquanto o pleito formulado pelo agravante, nas razões do presente regimental, não impugna de maneira adequada o fundamento da decisão agravada, uma vez que a hipótese dos autos envolve precatório referente a crédito alimentar (pago de uma só vez), enquanto o recorrente pretende a exclusão dos juros compensatórios nos termos do art. 33 do ADCT (parcelamento constitucional). Incidência da Súmula STF 284. 2. Agravo regimental improvido.

(AI 495.424 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 03/08/2010, DJe-154 DIVULG 19-08-2010 PUBLIC 20-08-2010 EMENT VOL-02411-05 PP-01031)

AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO QUE SE LIMITOU À APRECIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO MANDANDO DE SEGURANÇA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE IMPUGNA O MÉRITO DA QUESTÃO, REFERENTE À COBRANÇA DE VALORES REFERENTES AOS PULSOS ALÉM DA FRANQUIA E ASSINATURA BÁSICA MENSAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A matéria em debate no recurso refere-se à questão da qual a decisão agravada não cuidou. Deficiência na fundamentação. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 582.598 AgR, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 24/06/2008, DJe-152 DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008 EMENT VOL-02328-07 PP-01486 LEXSTF v. 30, n. 360, 2008, pp. 255-258)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Civil, não admito o recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

